



## Os movimentos sociais como articuladores nas conquistas dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista

T

*Bianca de Souza Moraes, Renata Maldonado da Silva*

Historicamente, os movimentos sociais foram grandes impulsionadores nas conquistas de direitos das pessoas com deficiência. No Brasil, o percurso da Educação Especial até a implementação das políticas de inclusão, a partir da década de 1990, ocorreu em função de acordos internacionais, mudanças nas concepções de deficiência e, principalmente, por meio da mobilização social. Entretanto, apesar dos recentes avanços no âmbito dos direitos dos deficientes, a perspectiva inclusiva não contemplou integralmente o público-alvo da educação especial. No caso das pessoas consideradas com transtorno do espectro autista, só muito recentemente passaram a fazer parte da perspectiva inclusiva, o que dificultou seu acesso à escolarização e ao atendimento educacional especializado. Em função disso, a articulação dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil foram estratégicas na conquista de políticas que incorporassem pessoas com autismo, principalmente no aspecto educacional. Essa mobilização resultou na Lei nº 12.764/12, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; que abordou diversos aspectos, sobretudo com relação ao atendimento educacional especializado e inclusivo para pessoas com autismo, complementando assim a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Entretanto, a partir de 2018, com a ascensão do projeto ultraconservador, foi proposta uma atualização da PNEEPEI que altera dois dos seus principais aspectos: a retirada da obrigatoriedade da matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares e a retirada gradual do Estado nesta política social. Essa “atualização” compromete os direitos duramente conquistados pela comunidade autista, pois a Lei nº 12.764/12 tem caráter complementar. Em função disso, esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de articulação social até a conquista da Lei nº 12.7654/12 e quais caminhos e estratégias foram percorridos, assim como investigar os embates da comunidade autista diante da proposta de atualização da PNEEPEI. Para realização desse estudo, o qual é delineado como uma pesquisa qualitativa descritiva, pretende-se realizar primeiramente, uma revisão de literatura sobre autismo, movimentos sociais e políticas de inclusão. Em segundo momento, será realizada uma análise documental sobre a proposta de “atualização” da PNEEPEI e como os movimentos sociais estão se articulando frente a este novo contexto de gradual retirada de direitos.

*Instituição do Programa : Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
Fomento da bolsa : CAPES*